



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

PROJETO DE LEI Nº 83 /2020

AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL DR.GOMES (PSC/AM)

DECLARA de Utilidade Pública O Movimento de Mulheres Unidas por Moradia, Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ – 02.891.592/0001-04, domiciliada na Rua da Comunidade, 470 Bairro de Japiim CEP – 69099 na Cidade de Manaus-AM.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

DECRETA:

Art. 1º Fica Declarada de Utilidade Pública O Movimento de Mulheres Unidas por Moradia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica – CNPJ sob o n. 02.891.592/0001-04, domiciliada no Município de Manaus, na Rua da Comunidade, 470, Bairro de Japiim, CEP 69.099 – 266.

Parágrafo único. Incube à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, o exame da regularidade da documentação a que se refere a Lei n. 86, de 04 de dezembro de 1963, alterada pela Lei Promulgada n. 15, de 1º de agosto de 1966, por ocasião do respectivo registro.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 19 de Fevereiro de 2020.

DR. GOMES PSC/AM

Deputado Estadual

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez
CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

JUSTIFICATIVA

A falta de moradia no Brasil sempre foi uma das grandes questões levantadas pelos movimentos sociais urbanos. À lógica do capital nega o direito à moradia digna e contribui para o surgimento compulsório de periferias e favelas, lugares onde a população advinda dos mais longínquos espaços passa se instalar. Manaus, da expulsão dos “pobres” do centro ao surgimento da área periférica da cidade, é marcadamente construída pela segregação daqueles que produzem e produzem a riqueza da capital do Amazonas. Conforme Scherer (2009) esta se moderniza pelo “alto” e cria uma ilusória idéia de melhoria de qualidade de vida da população. O crescimento da população que se aprofunda com a criação da Zona Franca de Manaus e com a instalação do Pólo Industrial de Manaus, reforça ainda mais a segregação que a população pobre vivencia desde o primeiro surto de urbanização ocorrido na época da borracha. Assim desde a década de 70 os movimentos sociais de luta por moradia têm imbuído forças na organização da população para a conquista e a efetivação do direito a cidade e a moradia digna, ganhando com isso força política, reconhecimento, legalidade e legitimidade perante a sociedade civil e o Estado.. Uma das conquistas mais recentes advindas da mobilização e da luta dos movimentos sociais refere-se à apresentação pelo Governo Federal do Programa Minha Casa, Minha Vida - MCMV, que possui entre uma de suas vertentes, a execução, pelas entidades da sociedade civis habilitadas junto ao Ministério das Cidades, da política de habitação.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS,
Manaus, 19 de Fevereiro de 2020.


DR. GOMES PSC/AM
Deputado Estadual

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez
CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 02.891.592/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/12/1998
NOME EMPRESARIAL MOVIMENTO DE MULHERES UNIDAS POR MORADIA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MMUM		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente 86.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto calças escolares 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
CORRADOR R DA COMUNIDADE		NUMERO 470	COMPLEMENTO ALVARADO
CEP 69.099-286	BARRIO/DISTRITO JAPIIM	MUNICÍPIO MANAUS	UF AM
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (92) 9113-2311	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) XXXXXX			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/08/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL SUSPENSÃO		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL XXXXXX	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/02/2020 às 16:13:09 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA

VOITAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

Ministério da Fazenda
Recetta Federal



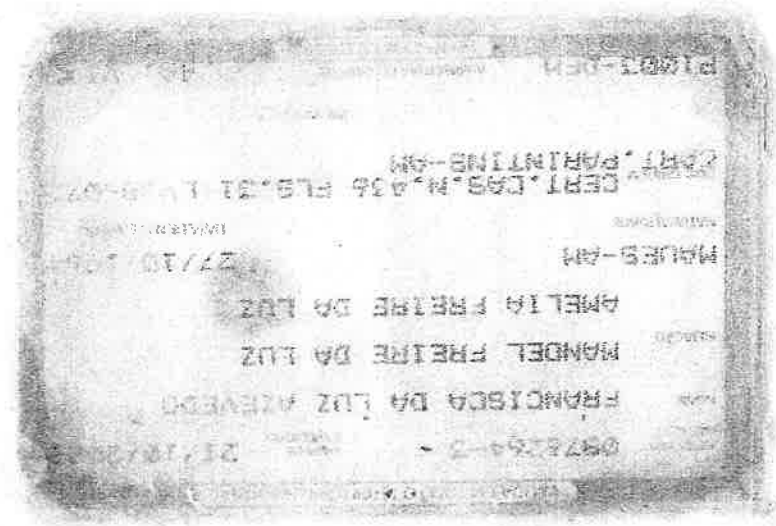
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
320.275.672-91

Nome
FRANCISCA DA LUZ AZEVEDO

Nascimento
27/10/1964





Estatuto do Movimento de Mulheres Unidas por Moradia

(MMUM)

Capítulo I

Da Denominação Sede, Pavilhão

Art. 1º - O Movimento de Mulheres Unidas por Moradia, designado pela sigla (MMUM) fundada em 26 de novembro de 1998 registrada sob o nº 4.172 no livro A 73 em 26 de novembro de 1998, é uma associação civil de direito e sem fins econômicos, com atuação em âmbito regional, de caráter filantrópico, assistencial, habitacional prevenção ambiental, educacional, cultural, e saúde, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Parágrafo Único: O pavilhão do MMUM será constituído de um círculo com as cores, verde branco com iniciais MMUM.

Capítulo II

Das Finalidades, Objetivos e Competência

Art. 2º - O MMUM tem por finalidades e objetivos:

I – Promover, estimular, dirigir, difundir, defender, controlar, fiscalizar contratar, receber e proporcionar aos seus associados e conveniados projetos, programas, convênios e ações sociais de caráter filantrópico, assistencial habitacional, mobilidade urbana, prevenção ambiental, educação, cultura moradia (construção, reforma, ampliação), saúde, emprego e renda e de qualidade de vida em âmbito Municipal, Estadual e Federal.

II – Proporcionar aos seus associados que não possuam moradia, a possibilidade de conquista desse bem social, garantido a melhoria de vida, conforme o artigo V da Constituição Federal.

III – Poderão ser utilizados todos os meios adequados e permitidos na Lei para consecução das finalidades, podendo-se, inclusive desenvolver outras atividades e assessorias voltadas ao desenvolvimento dos objetivos institucionais por meio de execução direta de projetos, programas ou planas ações: celebração de convênios, contrato ou outros instrumentos jurídicos; doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgão do setor publica que atuam em áreas afins.

IV – Defender, fortalecer e afirmar sua unidade com O Estado, Municípios na atuação da luta por moradia, igualdade, cidadania, vida social, lazer, esportes, saúde, cultura, meio ambiente, emprego e renda para os associados e conveniados.

V – Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei Nº 9.790 de 23 de Março de 1999 e defesa irrestrita do SUS – Sistema Único de Saúde.

VI – Defesa e educação para preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

VII – Formular executar ações que favorecem o desenvolvimento autônomo dos associados de baixa renda para superação das condições de risco e vulnerabilidade.

VIII – Organizar os associados para a aquisição de moradia digna junto aos governos, Federal, Estadual e Municipal bem como organização não governamentais produzindo e prestando assistência técnica e profissional e mão de obra especializada para executar construções de interesse social.

IX – Representar os associados nas questões jurídicas referente em todas e qualquer questões as finalidades e objetivos do MMUM.



Capítulo III

Da Admissão dos Associados do MMUM



7

Art. 4º - OMMUM será constituído por um número indeterminado de associados, independentes de raça, cor, sexo, faixa etária e convicções políticas e religiosas.

Art. 5º - Haverá categorias de associados:

I - Fundadores – pessoa física, brasileira, ou que venha associar-se e assinarem a Ata de Fundação da Entidade;

II – Beneméritos – os que prestarem relevantes serviços o MMUM, conforme devida aprovação em Assembleia;

III – Contribuintes – pessoa física que venha solicitar sua adesão e que venha pagar as taxas e mensalidades estipuladas pela diretoria;

IV – Efetivos – pessoa física, brasileira que tenha participação das atividades do MMUM, sem sanções administrativas no mínimo a um ano.

Art. 6º - Para associar-se ao MMUM, o candidato a qualquer categoria de associado deverá:

I – Preencher e encaminhar o seu pedido de filiação em formulário próprio para a secretaria geral do MMUM, apresentando fotocópia da RG, CPF e comprovante de residência, atestado de boa conduta (se for maior de idade) e duas fotos 3 x 4;

II – Concordar por escrito com as finalidades do MMUM;

III – Contribuir para a manutenção do MMUM, através de pagamento regular mensal a ser estipulado pela diretoria.

Capítulo IV

Dos Direitos, Deveres

Demissão e Exclusão dos Associados

Art. 7º - O desligamento pode ser voluntário e a exclusão dos associados do MMUM ocorrerão nos seguintes casos:

I – Por renúncia, abandono e falecimento;

II – Por exclusão, no caso as normas estatutárias, código de ética e disciplina e normas estabelecidas pelo MMUM, em seu regimento interno, conforme decisão em Assembleia Geral Extraordinária, sendo que o terá o pleno direito de apresentar a sua ampla defesa na referida Assembleia Geral, conforme artigo 57 do Código Civil Brasileiro;

III – Por grave infração cometida conforme o Código Civil Brasileiro. Inferir as normas estatutárias do MMUM.

Art. 8º - São deveres dos Associados do MMUM:

I – Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

II – Acatar as decisões da Diretoria;

III – Pagar as contribuições e taxas estipuladas pelo MMUM, expedidos por qualquer de seus poderes;

IV – Difundir as finalidades do MMUM citadas no estatuto;

V – Trabalhar pelo crescimento das finalidades do MMUM, denunciando ações, eventos, promoções e projetos irregulares que degradem a moral e não sigam as normas de segurança determinadas pelos órgãos competentes.

Art. 9º - São direitos dos associados:

I – Tomar parte das Assembleias Gerais;

sendo a 2ª via devolvida como recibo, na qual o dia, hora e responsável pelo recebimento da inscrição. A secretaria do MMUM através de ofício comunicará comissão eleitoral os nomes dos candidatos e chapas homologas para participarem do pleito e também fixaram uma cópia do referido ofício na sede da instituição, sendo o comunicado efetuado seis horas antes da realização da Assembléia Geral.

§4º - Terá validade a candidatura de chapa, enviada pelo correio eletrônico á secretaria do MMUM dentro do prazo estabelecido no 1º deste artigo.

§5º - São inelegíveis para o desempenho de função e cargos e etivos nos poderes do MMUM, mesmo nos de livre nomeação:

- a - Condenado por crime em sentença definitiva;
- b - Inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;
- c - Inadimplentes na prestação de contas do MMUM;
- d - Afastado de cargos eletivos ou de confiança da entidade desportiva ou virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da Entidade;
- e - Inadimplentes das contribuições previdenciárias;
- f - Os Falidos;
- g - Os que tiverem cumprido penalidades impostas pela Justiça.

§6º - Os membros da diretoria do MMUM e bem como membros do Conselho Fiscal poderão ser reeleitos por um mandato consecutivo.

Art. 14º - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente em qualquer data, sempre que for convocada, para tratar de assuntos de sua competência:

§1º - A convocação Extraordinária será feita pelo presidente do MMUM pelos motivos e formas seguintes:

- a - Se Presidente do MMUM assim julgar necessário;
- b - A pedido do conselho Fiscal ou de 1/5(um quinto) do número total dos associados em pleno gozo de seus direitos;

§2º - A convocação para Assembléia Extraordinária indicará a matéria a ser tratada;

§3º - O pedido para convocação de Assembléia Geral Extraordinária na forma do §1º, não poderá ser negado pelo Presidente do MMUM. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias do pedido, sem que o presidente tenha providenciado a devida convocação, o requerente poderá convocá-la, desde que em pleno gozo de seus direitos estatutários na forma deste Estatuto.

Art. 15º - A convocação da Assembléia Geral será feita com antecedência mínima de 10(dez) dias, mediante em jornal local de grande circulação ou Edital afixado na sede da instituição, devendo ficar expresso o motivo da convocação:

§1º - O Presidente da Diretoria enviará Circular aos associados convocando-as á participação da Assembléia Geral, informando o motivo da convocação.

§2º - Havendo impedimentos naturais em face das dificuldades de dimensões territoriais do Estado do Amazonas, poderá o Presidente do MMUM, enviar convocação aos.

§3º - Associados do interior do Estado, mediante correio eletrônico, telegrama ou fax do qual possa posteriormente apresentar comprovante.

Arquivo da Luz Verde

MMUM, só podendo deliberar com a presença de todos os membros, em primeira convocação ou com qualquer número após 30 minutos da convocação primeira.

CAPÍTULO VIII

Da Diretoria



Art. 23º - A diretoria do MMUM é órgão que exerce as funções administrativas e executivas do MMUM e é constituída por:

- I - Presidente;
- II - Vice Presidente;
- III - Primeira Secretária;
- IV - Segundo Secretária;
- V - Primeiro Tesoureiro;
- VI - Segundo Tesoureiro;

Parágrafo Único: Todos os citados no neste artigo têm a dever participar das reuniões da Diretoria e o direito ao voto.

Art. 24º - Os membros da diretoria: o presidente e o vice-presidente, serão sempre eleitos pela Assembleia Geral por um período de 04 (quatro) anos, na forma do artigo 13, inciso II, podendo ser reconduzidos por mais um mandato os demais membros serão escolhidos por livre nomeação do MMUM.

Art. 25º - Compete à Diretoria:

- I - Elaborar ao término de cada exercício, relatórios de atividades, acompanhado dos respectivos demonstrativos financeiros do período, a fim de ser submetida ao exame do Conselho Fiscal e posteriormente, a apreciação da Assembleia Geral;
- II - Dar pareceres sobre projetos;
- III - Denunciar qualquer violação da lei vigente ou estatutária;
- IV - Convocar a Assembleia Geral quando ocorrer motivo grave;
- V - Cumprir e fazer cumprir este estatuto;
- VI - Acatar as decisões da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal;
- VII - Convocar a Assembleia Geral por solicitação de um quinto de seus associados.

Art. 26º - Compete ao presidente da diretoria do MMUM:

- I - Exercer as funções executivas e administrativas do MMUM;
- II - Representar a MMUM perante os órgãos públicos locais e nacionais, bem como junto às entidades estaduais e autarquias;
- III - Cumprir e fazer cumprir as leis e resoluções dos poderes da entidade;
- IV - Prestar contas à Assembleia Geral na sua reunião ordinária;
- V - Convocar Assembleia Geral Extraordinária;

V -- Pagamentos de impostos, taxas, tarifas, contribuições sociais, condômino, aluguel, salários de empregados e outras despesas indispensáveis à manutenção do MMUM;

VI -- Aquisição de material de expediente e desportivo;

VII -- Custeio de eventos organizados pelo MMUM;

VIII -- Assinatura de jornais, livros e revistas especializadas e a compra de fotografias para os arquivos do MMUM;

IX -- Gastos de publicidades do MMUM;

X -- Despesas de representação e viagens;

XI -- Despesas eventuais;

XII -- Despesas e gastos com profissionais liberais, profissionais de mão de obra terceirizada;

XIII -- Aberto e manutenção de conta bancária visando a melhor operacionalização do movimento geral do MMUM.

Art. 36º - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e compreenderá fundamentalmente a execução do orçamento;

§1º - Os elementos constitutivos da ordem econômica, financeira e orçamentária serão escriturados e comprovados por documento mantidos em arquivos;

§2º - Os serviços de contabilidade serão executados em condições que permitam o conhecimento imediato da posição das contas relativas ao patrimônio, financeiro e à execução do orçamento;

§3º - Todas as receitas e despesas serão acompanhadas das comprovantes de recolhimento ou pagamento e a demonstração dos respectivos saldos;

§4º - Os bens e imóveis do MMUM poderão ser utilizados em alienação de acordo com a decisão dos dirigentes e associados;

§5º - A direção da Entidade poderá fazer a contratação de empréstimos/dividas/obrigações;

§6º - O MMUM por meio de sua diretoria poderá de acordo com a deliberação dos dirigentes ou seus associados dar como garantia seus bens imóveis mediante a contratos firmados por esta entidade;

§7º - O balanço geral de cada exercício, acompanhado da demonstração de lucros e perdas, discriminará os resultados das contas patrimoniais e financeiras.

Art. 37º - O regimento de custas e taxas da AMUMM será revisto e atualizado sempre que necessário, de acordo com as previsões orçamentárias realizadas e a tesouraria da entidade é submetendo à presidente do MMUM.

CAPÍTULO X

Das Eleições

Art. 38º - As eleições do MMUM serão realizadas em quatro em quatro anos na Assembléia Geral que trata o artigo 13, inciso II, convocada por Edital afixado na sede da entidade, expedido também para todos os associados ou publicado em jornal de circulação de 10 (dez) dias.

Art. 39º - As eleições para os poderes do MMUM serão realizados através de voto aberto, sendo valido o voto por procuração. Em caso chapa única será permitida a aclamação.

Art. 40º - Os empates serão resolvidos em segunda votação e persistindo, será aclamado o candidato majoritário com mais idade, mais estudo e permanecendo o empate, a vitória do pleito será por sorteio.

Art. 41 - Podem ser candidatos aos cargos eletivos da diretoria e conselho fiscal do MMUM:

[illegible]

Presidente da Assembleia: Luiz Antonio da Silva Secretária da Assembleia: Luiz Antonio da Silva

CONFIDENTIAL

Constituintes Fiscais

2.ª Conselheira Fiscal

3ª Conselheira Fiscal:  _____

2015

1. Introduction
 2. Background
 3. Methodology
 4. Results
 5. Conclusion
 6. References
 7. Appendix
 8. Index
 9. Table of Contents
 10. Figure
 11. Table
 12. Figure
 13. Table
 14. Figure
 15. Table
 16. Figure
 17. Table
 18. Figure
 19. Table
 20. Figure
 21. Table
 22. Figure
 23. Table
 24. Figure
 25. Table
 26. Figure
 27. Table
 28. Figure
 29. Table
 30. Figure
 31. Table
 32. Figure
 33. Table
 34. Figure
 35. Table
 36. Figure
 37. Table
 38. Figure
 39. Table
 40. Figure
 41. Table
 42. Figure
 43. Table
 44. Figure
 45. Table
 46. Figure
 47. Table
 48. Figure
 49. Table
 50. Figure
 51. Table
 52. Figure
 53. Table
 54. Figure
 55. Table
 56. Figure
 57. Table
 58. Figure
 59. Table
 60. Figure
 61. Table
 62. Figure
 63. Table
 64. Figure
 65. Table
 66. Figure
 67. Table
 68. Figure
 69. Table
 70. Figure
 71. Table
 72. Figure
 73. Table
 74. Figure
 75. Table
 76. Figure
 77. Table
 78. Figure
 79. Table
 80. Figure
 81. Table
 82. Figure
 83. Table
 84. Figure
 85. Table
 86. Figure
 87. Table
 88. Figure
 89. Table
 90. Figure
 91. Table
 92. Figure
 93. Table
 94. Figure
 95. Table
 96. Figure
 97. Table
 98. Figure
 99. Table
 100. Figure
 101. Table
 102. Figure
 103. Table
 104. Figure
 105. Table
 106. Figure
 107. Table
 108. Figure
 109. Table
 110. Figure
 111. Table
 112. Figure
 113. Table
 114. Figure
 115. Table
 116. Figure
 117. Table
 118. Figure
 119. Table
 120. Figure
 121. Table
 122. Figure
 123. Table
 124. Figure
 125. Table
 126. Figure
 127. Table
 128. Figure
 129. Table
 130. Figure
 131. Table
 132. Figure
 133. Table
 134. Figure
 135. Table
 136. Figure
 137. Table
 138. Figure
 139. Table
 140. Figure
 141. Table
 142. Figure
 143. Table
 144. Figure
 145. Table
 146. Figure
 147. Table
 148. Figure
 149. Table
 150. Figure
 151. Table
 152. Figure
 153. Table
 154. Figure
 155. Table
 156. Figure
 157. Table
 158. Figure
 159. Table
 160. Figure
 161. Table
 162. Figure
 163. Table
 164. Figure
 165. Table
 166. Figure
 167. Table
 168. Figure
 169. Table
 170. Figure
 171. Table
 172. Figure
 173. Table
 174. Figure
 175. Table
 176. Figure
 177. Table
 178. Figure
 179. Table
 180. Figure
 181. Table
 182. Figure
 183. Table
 184. Figure
 185. Table
 186. Figure
 187. Table
 188. Figure
 189. Table
 190. Figure
 191. Table
 192. Figure
 193. Table
 194. Figure
 195. Table
 196. Figure
 197. Table
 198. Figure
 199. Table
 200. Figure
 201. Table
 202. Figure
 203. Table
 204. Figure
 205. Table
 206. Figure
 207. Table
 208. Figure
 209. Table
 210. Figure
 211. Table
 212. Figure
 213. Table
 214. Figure
 215. Table
 216. Figure
 217. Table
 218. Figure
 219. Table
 220. Figure
 221. Table
 222. Figure
 223. Table
 224. Figure
 225. Table
 226. Figure
 227. Table
 228. Figure
 229. Table
 230. Figure
 231. Table
 232. Figure
 233. Table
 234. Figure
 235. Table
 236. Figure
 237. Table
 238. Figure
 239. Table
 240. Figure
 241. Table
 242. Figure
 243. Table
 244. Figure
 245. Table
 246. Figure
 247. Table
 248. Figure
 249. Table
 250. Figure
 251. Table
 252. Figure
 253. Table
 254. Figure
 255. Table
 256. Figure
 257. Table
 258. Figure
 259. Table
 260. Figure
 261. Table
 262. Figure
 263

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
MARIANO - AMAZONAS
CARLA DA CONCEIÇÃO CASTRO LOPES - ITULHA
RUA 2000 - JARDIM DO SOL - 66050-000 - ALEGRE
FONE (061) 222 0700 / 222 0701 / 222 0702
Celo Eletrônico de Fiscalização do
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Data: 08/06/2016 3:45 Horário: 00086132 Lv. 6-1037 de 18/12/2016
Data de: 08/06/2016 por: Anderson Bastos Rodrigues Tecl. 146 40
4000 AVALIAR 11/06/2016 22:24:11 2016/06/08
Venda de: 08/06/2016 22:24:11 2016/06/08



Para contato com
a Amazonas Energia,
informe este NÚMERO

CODIGO
0097277-0

AMAZONAS ENERGIA S.A.
Av. 7 de Setembro, 24-A - Cachoeirinha - Manaus - AM
CNPJ: 02.341.467/0001-20 | Insc. Estadual: 04.215.625-E
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime Especial de Imposto Autorizado pelo ATO de 04/08/2010
024/2014-DETRIN/SE/REGFAZ

Nº da Nota Fiscal: 026880468

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 50.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MES	VENCIMENTO	CONSUMO (KWH)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JANEIRO/2020	04/02/2020	100	90,43


ADIMAR BENTES SANTANA
R. 36- NÚCLEO 03 33 QD - 132 CIDADE NOVA

CEP: 69.094-360 - MANAUS

R: 48.001.14.03.027200

DADOS DA LEITURA (KWH)	DADOS DA LEITURA	DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA
Atual: 36753	Atual: 21/01/2020	Classe/Subclasse: RESIDENCIAL
Dias de consumo: 32	Anterior: 20/12/2019	Ligação: MONOFÁSICA
Anterior: 36693	Proxima leitura: 21/02/2020	Número Med. (der): 3005545
Constante de Multiplicação: 1,000	Emissão: 20/01/2020	Código Pot. 1: 1
Consumo medido: 100	Apresentação: 21/01/2020	Forma de Faturamento: NORMAL
Consumo Faturado: 100		Modalidade de Serviço: RESIDENCIAL

HISTÓRICO (KWH)	DESCRIÇÃO DA DESPESA
Mês/ano consumo	
DEZ/19 90	
NOV/19 145	
OUT/19 123	
SET/19 336	
AGO/19 358	
JUL/19 180	
JUN/19 192	
MAI/19 194	
ABR/19 425	
MAR/19 389	
TARIFA SEM TRIBUTOS: B A 100 - 0,678270	
Medida 10 meses: 265	
	CONSUMO 100 A R\$ 0,904359 = 90,43
	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA - 1,34



MENSAGENS IMPORTANTES

REAVISO DE VENCIMENTO

Mes/Ano 12/2019 Valor R\$ 82,44 Unidade consumidora sujeita a suspensão de fornecimento de energia elétrica a partir de 05/02/2020, em função das contas reavaliadas nesta fatura. O não pagamento poderá ensejar também a inclusão do nome do consumidor na SERASA. Informamos que não existirá(em) conta(s) vencida(s) e já reavaliada(s) no valor de R\$ 513,49 (valor histórico). Caso tenha efetuado o pagamento favor desconsiderar este aviso.

ICMS, quando aplicável foi recolhido por ST - Substituição Tributária, Decreto No. 40.628/2019. Valor do ICMS ST R\$ 22,68
LIGUE 0800 781 3001 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 8 9 10 12 13 15

Visando a melhoria do atendimento, a Amazonas Energia vem ajustando diariamente seus procedimentos comerciais. Para continuarmos avançando, solicitamos o apoio dos nossos clientes para nos procurarem, caso exista serviço solicitado até dezembro de 2019 e não executado, para solução imediata da pendência. Estamos a disposição através do call center 0800 781 3001 e nos nossos postos de atendimento.

RESERVAÇÃO AO FISCO A990, D3B1, B24, 1560, A311, 5912, IF17, 4271

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$				IMPOSTOS/CONTRIBUIÇÕES - R\$			
				TRIBUTOS	BASE	ALÍQUOTA	VALOR (R\$)
Distribuição:	15,69	Encargos:	5,15	ICMS:	100	2,00	2,00
Geração:	42,06	Tributos:	22,68	PIS:			
Transmissão:	4,13	Perdas:		COFINS:			